



O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA UFF *CAMPUS* RIO DAS OSTRAS: ALGUMAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS NO ENFRENTAMENTO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO

THE SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORK AT UFF *CAMPUS* RIO DAS OSTRAS: SOME ACTIONS AND STRATEGIES TO FACE THE PRECARIOUSNESS OF WORK AND PROFESSIONAL TRAINING

Aline da Silva Praxedes Vieira Consoli Lima¹

Bruno Ferreira Teixeira²

Letícia Barros Palma da Rosa³

Paula Martins Sirelli⁴

Rodrigo Teixeira⁵

Sandra Caldeira de Oliveira⁶

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar as estratégias construídas pela equipe de estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – *campus* de Rio das Ostras – que se conformam como resistências à precarização da formação e do trabalho profissional. Foram destacadas algumas experiências desenvolvidas nos últimos 10 anos. Para isso, utilizou-se de um levantamento documental, considerando registros da Coordenação de Estágio, atas de reuniões e dos Fóruns de Supervisão de Estágio, além de revisão bibliográfica. Conclui-se que o estágio supervisionado, entendido como espaço privilegiado para o conhecimento da realidade, só pode ser compreendido quando se leva em consideração o contexto no qual se insere. Pode ser considerado enquanto espaço

¹ Assistente Social do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão do SUAS pela Universidade Cândido Mendes e em Gestão de Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense/Pólo Universitário de Rio das Ostras. E-mail: alinepraxedes@yahoo.com.br

² Doutor em Serviço Social / UFRJ. Professor no curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - Universidade Federal Fluminense/ UFF - Brasil. E-mail: bferreirateixeira@gmail.com

³ Doutora em Serviço Social / UFRJ. Professora no curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - Universidade Federal Fluminense/ UFF - Brasil. E-mail: leticiabpr@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Serviço Social/ UERJ. Professora no curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - Universidade Federal Fluminense/ UFF - Brasil. E-mail: paulasirelli@yahoo.com.br

⁵ Doutor em Serviço Social / UFRJ. Professor no curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras - Universidade Federal Fluminense/ UFF - Brasil. E-mail: rodrigotersocial@gmail.com

⁶ Assistente Social - CEAM de Macaé/RJ e Departamento de Saúde do Servidor de Rio das Ostras/RJ. Especialização em Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente; Especialização em Formulação e Gestão de Políticas Sociais. E-mail: sandracaldeira@hotmail.com.br

de formação para todos os sujeitos que o compõem, sujeitos esses que devem atuar objetivando a interlocução entre universidade e sociedade e pautando-se pelo Projeto Ético-Político da profissão. É mister destacar que este artigo é parte da pesquisa que visa construir o perfil das/os supervisoras/es de campo de estágio do referido curso.

Palavras-chave: Estágio supervisionado. Serviço Social. Trabalho. Formação profissional.

Abstract:This article aims to present the strategies constructed by the internship team of the UFF Rio das Ostras Social Work course, that is against to the precariousness of training and professional work. Some experiences developed in the last 10 years were highlighted. For that, a documentary survey was used, considering records from the Internship Coordination, minutes of meetings and from the Internship Supervision Forums and also a bibliographic review. It is concluded that the supervised internship, understood as a privileged space for the knowledge of reality, can only be understood when taking into account the context in which it is inserted. The internship can be considered as a training space for all the subjects that compose it, subjects that must act aiming at the dialogue between university and society and aiming a performance always guided by the Political Ethical Project of the profession. It should be noted that this article is part of the research that aims to build the profile of the field supervisors of that course.

Keywords: Supervised internship. Social Work. Work. Professional qualification.

INTRODUÇÃO

O artigo se propõe a apresentar experiências de resistência à precarização do trabalho e da formação profissional desenvolvidas pelos sujeitos que compõem os processos de estágio no curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, *campus* Rio das Ostras.

Para a realização dessa exposição utilizou-se de registros e documentos elaborados pela Coordenação de Estágio, particularmente no relatório de gestão que compreendeu o período entre 2016 e 2019, além de atas de reuniões da Comissão de Estágio, dos Fóruns de Supervisão de Estágio e de revisão bibliográfica.

Será realizada, portanto, uma breve apresentação de como se organiza o estágio no curso, considerando as particularidades do território no qual está inserido. Em seguida, serão expostas as iniciativas desenvolvidas por um coletivo de sujeitos no enfrentamento à precarização do trabalho e da formação, considerando as iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos 10 anos.

Registra-se, ainda, que esse artigo é fruto dos trabalhos que compõem uma pesquisa que tem como objetivo construir o perfil das/os supervisoras/es de campo de estágio do referido curso.

Tratar de estágio em Serviço Social é debater trabalho e formação profissional; componente que ocupa lugar central nas Diretrizes Curriculares de 1996. O estágio curricular é parte essencial do aprendizado da/o graduanda/o, constituindo “processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social” (ABEPSS, 2008, p. 01).

Tal discussão, porém, não pode ocorrer de forma isolada, descolada da contextualização em que se insere a formação e o trabalho profissional das/dos assistentes sociais. Em tempos de exacerbação de políticas neoliberais, desregulamentação de direitos, ampliação do Ensino à Distância (EaD) de forma desenfreada, mercantilização da educação e dos diversos serviços sociais, os desafios ao trabalho profissional e ao ensino de qualidade provocam a categoria buscar alternativas que garantam a direção do Projeto Ético-Político da profissão.

Esse Projeto, consolidado a partir de disputas e debates ocorridos no interior da categoria profissional (interpelados por questões que extrapolam a profissão em si e conjugam questões éticas, políticas, conjunturais, históricas e sociais) é fruto de um processo iniciado a partir da vertente de intenção de ruptura, nas particularidades do processo de renovação do Serviço Social Brasileiro que, principalmente, a partir da década de 1970, passa a repensar a profissão, questionando sua funcionalidade, representação, aportes teórico-metodológicos e vinculação com a classe trabalhadora.

Vale ressaltar que com os debates acerca da recusa ao conservadorismo, as normatizações do Serviço Social são revistas nas últimas décadas do século XX, consolidando uma direção social crítica, que denominamos de Projeto Ético Político (PEP). Dentre as legislações e documentos que o compõem, podemos destacar a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8862 de 7 de junho de 1993), o Código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996⁷. Outras

⁷ Não se reduz a análise do Projeto Ético-político ao conjunto de documentos, contudo, tais normatizações são expressões concretas do debate, dos princípios e do direcionamento das ações no trabalho profissional. Sobre isso ver mais em Abramides (2019) entre outros.

normatizações irão influenciar diretamente o estágio curricular e sua supervisão no Serviço Social, como a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010), a Lei de Estágio (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008) e a Resolução do CFESS nº533 de 29 de setembro de 2008.

Nesse sentido, a Política Nacional de Estágio da ABEPSS (PNE) define o estágio curricular em concordância com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) como processo didático pedagógico considerando a relação intrínseca entre estágio e supervisão acadêmica e supervisão de campo, apreendendo o estágio supervisionado como

atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p.14)

Em consonância com o movimento da realidade, a categoria profissional e suas entidades representativas têm buscado respostas aos novos dilemas e desafios que se impõem à profissão, desde a formação das/os assistentes sociais até o trabalho profissional, sendo a Política Nacional de Estágio um exemplo desses esforços.

Um desses dilemas se expressa a partir da ampliação do EaD. Como reflexo do aumento massivo dessa modalidade de ensino, muitas dificuldades vêm se acentuando em relação ao estágio, como o não-cumprimento da carga horária e a não realização da supervisão conjunta (uma supervisão que envolva os três sujeitos que compõem o estágio: supervisor/a de campo, estagiário/a e supervisor/a acadêmico/a).

Ademais, em 2008 entram em vigor, como já citadas, a Lei de Estágio (Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008) e a Resolução do CFESS (533) que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Essa Resolução, em consonância com o Código de Ética Profissional e demais regulamentações da categoria, entende a supervisão direta como “elemento síntese na relação teoria – prática e da articulação entre pesquisa e intervenção profissional” no processo ensino – aprendizagem (CFESS, 2008, p. 02).

Além da ampliação do EaD, rebatimentos estruturais e conjunturais do processo de acumulação do capital atingem as demais instituições privadas e também instituições públicas de ensino, além dos próprios serviços sociais nos quais se inserem as/os assistentes sociais. Ou seja, em um contexto de precarização, desregulamentação do trabalho e redução de direitos, os impactos na educação, no ensino superior – e aqui se destaca o curso de Serviço Social – vêm sendo sentidos em diversos aspectos, desde a fragilização da qualidade do ensino até a precarização do trabalho docente. Assim, o estágio deve se firmar como estratégia de defesa da formação em consonância com o Projeto Ético Político profissional.

Com as consequências das contrarreformas, a precarização do trabalho rebate duplamente nos espaços sócio-ocupacionais ocupados pelo Serviço Social, a saber:

- Atingindo as/os trabalhadoras/es usuárias/os dos serviços e aumentando as demandas que chegam ao Serviço Social, ao mesmo tempo em que as políticas, meios e recursos são reduzidos, precarizando o atendimento e restringindo as possibilidades de respostas a serem dadas pelas/os profissionais aos demandantes dos serviços;

- Incidindo sobre o/a próprio/a assistente social, enquanto trabalhador/a assalariado/a, que se encontra em condições precárias de trabalho, com vínculos frágeis de contratação, pluriemprego, baixos salários e escassez de proteção social.

Logo, a precarização do trabalho, o sucateamento dos serviços públicos, a falta de materiais e recursos, vão rebater na qualidade da execução e atuação profissional, atingindo também, diretamente, o processo pedagógico de estágio.

Em nossa região, muitas/os assistentes sociais precisam assumir diferentes vínculos para que possam obter uma renda que garanta sua sobrevivência e de suas famílias devido aos baixos níveis salariais. Contratos precários, assim como aquelas/es em que a carga horária é bastante reduzida, são muito comuns, levando à necessidade do pluriemprego. Além do fato de que prevalecem contratos por tempo determinado em detrimento de cargos ocupados via concursos públicos⁸, o

⁸ Um fato interessante a ser destacado é o fato de não ter havido convocação, devido a irregularidades, de candidatos aprovados em um concurso público realizado pela Prefeitura de Rio das Ostras no ano de 2012. Na ocasião foram disponibilizadas 3482 vagas e, até hoje, ocorrem

que leva à grande rotatividade de profissionais – fazendo com que as/os mesmas/os vivam em constante situação de instabilidade e decorrendo em impactos aos serviços frente suas descontinuidades. Este processo agrava a precarização do trabalho e também pode fragilizar a proteção social destas/es trabalhadoras/es.

Para além das transformações no mundo do trabalho que atingem diretamente as/os assistentes sociais, o perfil das/os discentes de Serviço Social também vem se modificando e, muitas vezes, se assemelha economicamente ao da população atendida por elas/es mesmas/os enquanto estagiárias/os. Em muitos casos, a bolsa estágio acaba sendo utilizada como estratégia de permanência na universidade (por parte das/os estudantes) e utilização de “mão-de-obra barata” (por parte da instituição que oferece o estágio). No entanto, não se pode deturpar o verdadeiro sentido do estágio – o de formação – e deve-se lutar por políticas de assistência estudantil adequadas para que nem a/o estagiária/o, nem a população atendida, seja prejudicada por estratégias como essas.

Deve-se destacar, ainda, que com a ampliação da oferta de cursos de Serviço Social – principalmente na modalidade do EaD –, passa a haver uma maior escassez de campos de estágio e sobrecarga de supervisão. Daí a necessidade de que esforços sejam feitos por parte das comissões e coordenações de estágio, não apenas em busca da abertura de campos, mas que haja uma constante interlocução entre os sujeitos para que a supervisão se dê de acordo com as indicações da PNE.

O ESTÁGIO NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UFF DO CAMPUS DE RIO DAS OSTRAS

A discussão até aqui apresentada, trazendo elementos da contemporaneidade, reflete a realidade de Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) de todo o território nacional. No entanto, faz-se necessário demarcar as particularidades que incidem de forma mais veemente no território no qual nos inserimos.

disputas judiciais em relação ao edital. Da mesma forma, recentemente houve suspensão de concursos e processos seletivos da prefeitura de Macaé. Sobre os mesmos, podem-se encontrar mais informações acessando as matérias referenciadas (G1, 2020a, b e c).

Embora o curso de Serviço Social pertença ao *campus* de Rio das Ostras⁹ (CURO), o mesmo possui grande interface com diversos municípios da região, seja no que tange a projetos de pesquisa e de extensão, em relação aos campos de estágio e, principalmente, no que diz respeito ao local de residência das/os estudantes.

Em pesquisa realizada por um grupo de docentes e estudantes no ano de 2019¹⁰, que mapeou o perfil das/os discentes do curso de Serviço Social do CURO (com participação de 78% das/os discentes), pôde-se constatar que 94% delas/es já residiam no estado do Rio de Janeiro antes de ingressar na Universidade, sendo que 51,4% moravam em Rio das Ostras, enquanto 48,6% em outros municípios. Destes, atualmente, 62,5% residem em Rio das Ostras, 13,7% em Cabo Frio e 12% em Macaé (além de outros municípios, que agregam um número menor de estudantes, equivalendo a 11,8% dos entrevistados).

Quando se observa a distribuição das vagas de estágio do curso na região, são novamente essas três cidades que se sobressaem, com maior ênfase para Macaé e Rio das Ostras. De acordo com levantamento e sistematização realizados pela Coordenação de Estágio do curso de Serviço Social, no segundo semestre de 2019 (período 2019.2), das/os 71 estagiárias/os, 15% (11 estagiárias/os) tinham seus campos localizados no município de Cabo Frio, 28% (20 estagiárias/os) em Rio das Ostras e 49% (35 estagiárias/os) em Macaé.

Esses números refletem não apenas a forte relação entre as cidades da região, mas expressam também particularidades e enfrentamentos recentes que serão tratados no decorrer deste artigo. Daremos ênfase a iniciativas coletivas de enfrentamento à precarização nas duas últimas cidades – já que o curso de Serviço Social compõe o *campus* de Rio das Ostras e a maioria dos nossos estágios se concentra no município de Macaé.

⁹ O *campus* de Rio das Ostras possui atualmente dois institutos: *Instituto de Humanidades e Saúde*, ao qual se vinculam os cursos de Serviço Social, Psicologia, Enfermagem e Produção Cultural; e o *Instituto de Ciência e Tecnologia*, que agrega os cursos de Engenharia da Produção e Ciência da Computação.

¹⁰ Pesquisa desenvolvida sob coordenação da professora Vânia Assunção, com a participação do professor Juan Jiménez e graduandos do curso de Serviço Social, entre bolsistas e não bolsistas.

Rio das Ostras é uma jovem cidade quando se considera sua emancipação política, que data de 1992. Antes disso, pertencia ao município de Casimiro de Abreu. Segundo dados da prefeitura, seu crescimento populacional é o maior no estado do Rio de Janeiro: em torno de 11% ao ano (PMRO, 2020)¹¹. Rio das Ostras cresce na esteira do descobrimento do petróleo na região e da expansão de Macaé, principalmente a partir da instalação da Petrobrás nesta última cidade.

Dados do censo mostram que Rio das Ostras possuía 105.676 habitantes em 2010, com estimativa de que, em 2019, seriam 150.674 (PMRO, 2020).

Já Macaé, que em 1970 contava com 47 mil habitantes, em 2017, segundo o IBGE, chegou aos 244.139. O crescimento da cidade muito se deve a sua escolha como sede da Petrobrás na Bacia de Campos, ainda em 1978 (PMM, 2020). Além da estatal, grandes empresas do ramo do petróleo se instalaram no município, muitas delas multinacionais, fazendo com que Macaé se tornasse a “capital do petróleo”. Tal estatuto passou a atrair um universo de trabalhadoras/es em busca de oportunidades, as quais não estavam condizentes com a realidade do mercado de trabalho, ocasionando uma superpopulação sobrando e desempregada.

No caso de Rio das Ostras, apesar de também ter recebido empresas e ter desenvolvido até mesmo uma área para o crescimento desses empreendimentos – a Zona Especial de Negócios (ZEN) –, o investimento das corporações se deu em proporção bem menor, fazendo com que, muitas vezes, o município funcionasse como cidade dormitório de Macaé.

Apesar do aumento populacional e de incentivos econômicos, como *royalties* do petróleo, ambas as cidades cresceram de forma desordenada, o que contribuiu para o aumento da desigualdade social.

É nesse contexto que ocorre a expansão/interiorização da Universidade Federal Fluminense, da qual o *campus* de Rio das Ostras é fruto¹². O curso de Serviço Social foi criado em 2004, vinculado ao curso da sede da Universidade

¹¹Segundo dados da Revista Exame, entre 2003 e 2013, Rio das Ostras foi o município do Brasil com o maior nível de crescimento populacional: 190% (EXAME, 2020).

¹² É interessante destacar que o processo de interiorização da UFF foi anterior ao projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em um primeiro momento, foi criado o Pólo Universitário de Rio das Ostras que, posteriormente, deu origem ao *campus* Universitário de Rio das Ostras.

Federal Fluminense (em Niterói), de onde provinham seus/suas docentes, e a cujo currículo seguia. A partir do ano de 2006, por meio de concursos, o curso de Rio das Ostras foi formando seu corpo próprio de docentes, construindo seu Projeto Pedagógico e sua Política de Estágio (CARVALHO, *et al*, 2018; TEIXEIRA, KAPP, 2012).

Assim, o antigo Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO, hoje CURO) foi criado em um contexto em que as cidades aqui destacadas – Macaé e Rio das Ostras – já não eram pequenas cidades do interior, tendo ocupado o lugar de municípios de médio porte repletos de desigualdades.

Sirelli (2012, p.6) trata das transformações e impactos sofridos pelos municípios, considerando os efeitos da indústria do petróleo na região. A autora cita o crescimento desordenado, a favelização, o aumento da pobreza e a falta de respostas institucionais e de políticas públicas diante das expressões da questão social que se agudizam. Expõe, ainda, dificuldades constantes enfrentadas pela população dessas cidades, que vão desde o deficitário sistema de saneamento básico, como falta de água em seus diversos bairros, até os longos congestionamentos em determinados momentos do dia.

Esse quadro implica em rebatimentos diretos ao trabalho das/os assistentes sociais na região que, para além da precarização já mencionada, ainda enfrentam resquícios de posturas conservadoras e do coronelismo no desenvolvimento das políticas e serviços nos quais se encontram inseridas/os.

A condição de vida nessas cidades reflete, ainda, no perfil das/os discentes de Serviço Social. Sendo este o único curso noturno do *campus*, com grande parte das/ os discentes trabalhadores, inseridos no mercado de trabalho, formal ou informal.

Segundo Assunção *et. al.* (2019), 61,3% das/os discentes participantes da pesquisa possuíam, no primeiro semestre de 2019, renda familiar de até três salários mínimos (R\$ 2.994). Enquanto 42,6% das/os discentes trabalhavam (25,1% no mercado formal e 17,5% informalmente), 13,7% estavam na busca pela inserção no mercado de trabalho. Além disso, 26,8% das/os entrevistadas/os afirmaram que deixaram de trabalhar para estudar. Esses dados podem levar a diversas reflexões,

que vão desde a restrição do tempo que poderia ser dedicado aos estudos até a escassez de políticas de assistência e permanência estudantil na universidade.

No que tange especificamente ao estágio, encontra-se aqui uma dificuldade que se agudiza em relação aos discentes inseridos no mercado de trabalho: se as vagas de estágio já são escassas e, muitas vezes, disputadas, a situação é muito mais complexa para o/a estudante trabalhador/a, que só tem disponibilidade de ir ao campo aos finais de semana. No segundo semestre de 2019, do total de discentes que só poderiam fazer estágios aos finais de semana, somente 38% se inseriram nos campos de estágio, o que pode ocasionar atraso na integralização do curso.

Outra situação, que embora ocorra com menor frequência, também reflete as dificuldades encontradas pelo/a discente trabalhador/a, é que o mesmo estagie em seu próprio espaço de trabalho devido à impossibilidade de deixar o emprego ou de se ausentar por determinados períodos. Esses casos merecem trato e acompanhamento cuidadosos para que não se confundam as atribuições do/a estagiário/a com as funções já anteriormente desenvolvidas enquanto trabalhador/a.

É importante que se compreenda o estágio como um espaço privilegiado de interlocução não apenas com o trabalho profissional da/o assistente social, mas também com a realidade social. É um momento de troca e de formação continuada para todos os sujeitos envolvidos, mas também pode ser entendido como um dos instrumentos/estratégias por meio dos quais se cumpre o papel social da universidade.

Para além da realização de cursos na perspectiva da educação permanente e da realização de fóruns e debates – por meio do conhecimento da realidade institucional, do perfil dos usuários/as, da proposição de projetos de intervenção que sejam importantes para os espaços sócio-ocupacionais em que se encontram os/as estagiários/as – torna-se possível uma maior aproximação da Universidade com os dilemas encontrados no cotidiano dos/as trabalhadores/as; sejam as/os assistentes sociais, sejam aquelas/es que buscam os serviços junto aos equipamentos. Da mesma forma, as/os trabalhadoras/es podem identificar demandas que a Universidade pode responder. Ou seja, o desenvolvimento conjunto do trabalho entre os sujeitos envolvidos e as instituições nas quais estão inseridos é essencial. É

nessa perspectiva de organização e coletividade que se dão as estratégias a serem relatadas a seguir.

AS AÇÕES ESTRATÉGICAS NO ENFRENTAMENTO À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DA FORMAÇÃO

O estágio supervisionado é um momento privilegiado da formação profissional e se configura como um dos espaços em que se expressa a relação trabalho e formação profissional. Segundo Guerra (2016, p.103), o estágio tem a capacidade de propiciar “a síntese entre o trabalho e a formação, e [...], as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, mas também das condições sob as quais a formação profissional se realiza”.

Segundo a PNE da ABEPSS (2010), os princípios norteadores do estágio supervisionado em Serviço Social devem estar em consonância com os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional, de 1993, que expressam os valores e a direção social construída pela profissão.

Vale ressaltar que a Resolução 533 de 2008 aponta a necessidade que a supervisão ocorra de forma direta:

Art. 2º. A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino. (CFESS, 2008).

A supervisão direta de estágio em Serviço Social ocorre na relação indissociável entre supervisor/a de campo, supervisor/a acadêmico/a e discente estagiário/a. A precarização do trabalho e da formação profissional traz elementos que incidem nas particularidades da supervisão acadêmica e da supervisão de campo, apontando alguns limites que podem impedir a realização da supervisão direta de estágio com qualidade¹³.

¹³Algumas referências acerca das particularidades da supervisão acadêmica e de campo podem ser encontradas em Teixeira e Teixeira (2015), entre outros.

Cabe destacar que a supervisão de estágio é atribuição privativa da/o assistente social, conforme Lei 8662/93.

O estágio no curso de Serviço Social da UFF, *campus* Rio das Ostras, segue a lógica que sustenta e estrutura as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, assim como concorda e efetiva a concepção de estágio da PNE da ABEPSS (2010), conforme já explicitamos seus fundamentos anteriormente.

Em outubro de 2016, após um longo debate que envolveu todos os sujeitos protagonistas do estágio supervisionado, foi aprovada e publicada a Política de Estágio do Curso de Serviço Social de Rio das Ostras, na Instrução de Serviço do Curso de Serviço Social do Instituto de Humanidades e Saúde (IHS) n. 04, de 04 de outubro, publicada no Boletim de Serviço da UFF, ano L-174, de 06 de outubro de 2016 (UFF, 2020).

A Política de Estágio do Curso foi aprovada no Fórum de Supervisão de Estágio, no Colegiado de Curso e de Departamento da UFF, *campus* Rio das Ostras. Entendemos que esse documento é um instrumento político e didático na efetivação do estágio no curso.

É um instrumento político, uma vez que tenta garantir uma direção social aos estágios condizente ao PEP do Serviço Social, pois, segue as recomendações da ABEPSS e do conjunto CFESS-CRESS; a Política de Estágio do Curso apresenta considerações sobre as condições concretas em que se estabelece a formação; discrimina critérios para credenciamento dos campos e dos supervisores de campo, além de estabelecer os princípios e os objetivos do Estágio. A Política de Estágio do Curso é também um instrumento didático, pois apresenta as ementas de cada componente curricular que compõem a supervisão acadêmica; os requisitos e co-requisitos para a inserção nos estágios; e, os instrumentos de acompanhamento e avaliação dos processos didático-pedagógicos desenvolvidos em cada nível.

Nesse sentido, entendemos que a construção coletiva e a direção da Política de Estágio do Curso representam uma ação concreta na luta contra a precarização da formação profissional em Serviço Social. Cabe destacar a participação efetiva do movimento estudantil nos debates e na elaboração de tal documento, o que permite inferir protagonismo aos sujeitos que desenvolvem suas atividades de estágio.

O estágio no curso está sob operacionalidade da Coordenação de Estágio, que a partir de 2020, é composta por duas pessoas – uma coordenação e uma vice coordenação. As atribuições desta coordenação estão previstas na Política de Estágio do Curso¹⁴ e as/os coordenadores são os/as responsáveis pela condução das ações.

Mas é no âmbito da Comissão de Estágio que a direção das ações da Coordenação de Estágio é coletivamente construída. A Comissão, segundo a Política de Estágio do Curso (UFF, 2020, p. 175), é composta pela Coordenação de Estágio, todas/os supervisoras/es acadêmicas/os, representantes dos supervisoras/es de campo e representantes discentes de cada turma de estágio. A Comissão se reúne mensalmente, com o intuito de estabelecer um espaço democrático de debates e encaminhamentos relacionados ao estágio e ao Fórum de Supervisão, ocupando um lugar central na condução da política de estágio; trata-se de uma instância deliberativa e executiva; além de propiciar uma proximidade dos desafios dos espaços sócio-ocupacionais para a formação profissional.

Tal Comissão está em consonância com a PNE da ABEPSS e se caracteriza por se constituir como um espaço democrático e de debates acerca do estágio, o que propicia a não centralização das decisões na Coordenação, ampliando a participação e trazendo os discentes e os supervisores acadêmicos e de campo para o centro do debate. A Comissão de Estágio possibilita, ainda, maior aproximação com as demandas e a colaboração das/os supervisoras/es de campo, para planejar, monitorar e avaliar as questões atinentes ao estágio.

Certamente há inúmeras dificuldades na condução da Comissão, como a definição de horário para reuniões, principalmente no caso dos/as supervisores/as de campo, uma vez que não são liberados das atividades laborais para participar da Comissão, assim como discentes trabalhadores/as que não conseguem se envolver amplamente. Contudo, no curso temos tentado todos os esforços para que as reuniões ocorram mensalmente. A Comissão também é considerada como uma

¹⁴A Política de Estágio do Curso não apresenta as atribuições da vice-coordenação, contudo, a partir do debate político e da divisão de trabalho entre os docentes foi avaliada sua necessidade. Assim, em janeiro de 2020 foi estabelecida, em reunião de colegiado de curso e de departamento, a presença desse sujeito na composição da Coordenação de Estágio. Ver DTS/RGS/IHS n°. 08/2019, de 05 de dezembro de 2019 e DTS/RGS/IHS n°. 09/2019, de 05 de dezembro de 2019.

estratégia coletiva de enfrentamento à precarização do trabalho e da formação profissional em Serviço Social, como um esforço coletivo para a direção dos estágios supervisionados.

Outra estratégia que gostaríamos de salientar como enfrentamento à precarização da formação e do trabalho profissional nos estágios supervisionados são os Fóruns de Supervisão de Estágio. Esse espaço se caracteriza por ser deliberativo e de encaminhamentos políticos e pedagógicos dos estágios. Segundo artigo 34º, item I da Política de Estágios do Curso (UFF, 2020) os Fóruns devem: envolver todas/os discentes estagiárias/os; ocorrer, ao menos, duas vezes por semestre; discutir e integrar ações conjuntas entre os sujeitos envolvidos no estágio, a universidade e a comunidade local, identificando demandas à formação profissional; propiciar um espaço privilegiado para o fortalecimento da relação trabalho e formação profissional; assim como, constituir-se como um espaço ético e sigiloso de reflexão aos desafios do cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais e da universidade.

A Comissão de Estágio realiza esforços para que os Fóruns ocorram com a frequência estipulada na Política, ou seja, ao menos duas vezes por semestre. As pautas são amplamente discutidas no próprio Fórum de Supervisão, contudo, amadurecidas e direcionadas pela Comissão de Estágio

Nesses Fóruns os sujeitos envolvidos com os estágios apresentam suas dificuldades, debatem as conjunturas políticas nacional, regional e local, os impactos das políticas educacionais no curso de Serviço Social da UFF, *campus* Rio das Ostras, compondo um profícuo diálogo com a seccional do CRESS-RJ-Campos dos Goytacazes, e por vezes com a Comissão de Formação do CRESS-RJ¹⁵. Vale ressaltar que por alguns anos, a região presenciou o fortalecimento da política de Nucleação¹⁶ do CRESS-RJ, o que possibilitou a participação, o debate e a organização de atividades junto ao Núcleo Construção em Movimento, que abrange os municípios de Macaé, Rio das Ostras, Carapebus, Quissamã, Casimiro de Abreu e Conceição de Macabu.

¹⁵Em alguns semestres conseguimos manter a participação de um professor de Comissão de Estágio na referida Comissão.

¹⁶Os núcleos são coletivos criados em regiões afastadas das sedes do CRESS, para proporcionar o diálogo da categoria no interior do estado com a direção do Conselho.

O fortalecimento dos Fóruns permitiu algumas interfaces com a ABEPSS Regional Leste, regional em que o Estado do Rio de Janeiro compõe a entidade. A Comissão de Estágio auxiliou na organização do Fórum Estadual de Estágios da ABEPSS e uma edição do Projeto ABEPSS Itinerante ocorreu na UFF, *campus* Rio das Ostras (ambos em 2014).

Cabe destacar, ainda, o papel importante desse Fórum na greve de 2015 das Universidades Públicas Federais. Nesse sentido, o Fórum deliberou que os campos de estágios fossem convertidos em espaços de debates sobre os pontos de pauta da greve. Os/as estagiários/as, contrariando muitas vezes os espaços sócio-institucionais em que realizavam estágios, paralisaram suas atividades pedagógicas para debater com os/as profissionais e os/as usuários/as dos serviços, as pautas pertinentes à universidade, entendendo que esta deve estar a serviço da população e que a ampliação dos recursos e financiamento da universidade reverbere a toda a comunidade local.

Acompanhar e intervir na política local e regional sempre foi uma preocupação do corpo de professores do curso de Serviço Social da UFF, *campus* Rio das Ostras. Muitas vezes, é a Comissão de Estágio que tem uma maior possibilidade em estabelecer uma intervenção mais próxima.

Esta intervenção se faz tanto em nível macro, como no miúdo do cotidiano profissional (YAZBEK, 2009). É importante destacar que o/a assistente social, como trabalhador/a assalariado/a, materializa no seu cotidiano de trabalho projetos de classe, antagônicos, em disputa, e que convivem em tensão. São nestes espaços ocupacionais, contraditórios e em constante metamorfose, que os/as estagiários/as irão se inserir. São nestes espaços que a política local se concretiza e os projetos de classe em disputa se materializam em respostas às expressões da questão social. Fazer essa leitura, entendendo as requisições institucionais e as demandas expressas pela população, é um desafio para os profissionais.

Na construção da Política de Estágio e na organização dos componentes curriculares, a dimensão do desvelar o cotidiano sempre foi um guia. Nesse sentido, em 2015, a Comissão de Estágio reorganizou todos os componentes de estágio mais diretamente ligados à Supervisão. Foi criada a “Oficina de Estágio

Supervisionado”, uma experiência importante para o desenvolvimento de atividades teórico-práticas de aproximação de discentes à realidade profissional. A oficina ocorre antes da inserção da/o estudante no campo de estágio e é pré-requisito para o primeiro nível do estágio supervisionado.

A Supervisão Acadêmica de Estágio em Serviço Social é dividida em quatro níveis de complexidade (Estágio Supervisionado I, II, III e IV), que vão se complexificando de acordo com a inserção da/o discente no campo. A Supervisão Acadêmica é organizada de forma a garantir a indissociabilidade entre teoria e prática em cada um dos quatro níveis do estágio supervisionado.

Os três primeiros níveis do estágio supervisionado são acompanhados de um co-requisito: o Laboratório de Instrumentos e Técnicas I, II e III. É um momento ímpar da formação, em que ficam explícitas as tensas relações entre o Projeto Ético Político e o estatuto de assalariado.

Para apreensão e intervenção na realidade os níveis de estágio são organizados de forma a possibilitar uma aproximação sucessiva da realidade, conforme o método dialético nos orienta. As sínteses finais dos estágios contribuem para este acúmulo: o produto final do primeiro nível do estágio supervisionado é uma análise institucional; do estágio supervisionado II é o perfil da/os usuárias/os; do estágio supervisionado III é a construção de um projeto de intervenção; e, o grande desafio do estágio supervisionado IV é a implementação e avaliação do projeto de intervenção.

Definiu-se que as/os supervisoras/es acadêmicas/os ficariam 02 semestres com a mesma turma, ou seja, a/o docente inicia o Estágio I com determinada turma e a acompanha até o final do Estágio II, da mesma maneira nos Estágios III e IV são acompanhadas/os por outra/o docente. Com isso, objetiva-se a melhoria na criação de vínculo entre as/os supervisoras/es (de campo e acadêmicas/os) e com as/os próprias/os estagiárias/os, um processo contínuo de avaliação do processo de ensino-aprendizagem e de apropriação das demandas e requisições profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

Esta construção não é isolada, nem aleatória. O objetivo é contribuir para a apreensão das mediações no cotidiano de trabalho, de forma que as/os discentes da

UFF, *campus* Rio das Ostras, possam construir, em conjunto com assistentes sociais supervisoras/es de estágio (de campo e acadêmicas/os), respostas e estratégias de ação, bem como construção de respostas profissionais, embasadas no Projeto Ético Político Profissional, analisando e intervindo nas relações de poder locais.

Neste sentido, as/os assistentes sociais da região têm sempre demonstrado o compromisso com a formação e com o trabalho profissional. Prova disso é o esforço, sempre coletivo, na abertura e manutenção de vagas de estágio curricular obrigatório¹⁷. A abertura de vagas é uma atribuição da Coordenação de Estágio, que realiza todo o trâmite institucional (burocrático, pedagógico e político) para tal. É preciso enfatizar, entretanto, a contribuição das/os assistentes sociais nesse processo, que além de disponibilizarem vagas (muitas das vezes, à princípio, não planejadas), se organizam, contatam colegas, constroem redes de acolhimento às/aos alunas/os, evidenciando o compromisso e a preocupação das/os profissionais da região com a formação profissional. Sem este envolvimento e responsabilidade coletiva, o curso de Serviço Social da UFF, *campus* Rio das Ostras, estaria fadado ao fracasso.

A oferta de vagas, entretanto, não é abundante. Diversos fatores levam à dificuldade dessa abertura. Vamos enfatizar aqui, algumas particularidades regionais que rebatem na abertura de vagas. Focaremos nas experiências dos municípios de Rio das Ostras e Macaé, que são os que, historicamente, têm oferecido um maior número de vagas de estágio.

Uma realidade que atravessa a obtenção por vagas na região é a presença de Unidades de Formação Acadêmicas que oferecem o curso de Serviço Social à distância. É frequente o relato de assistentes sociais da região de que são pressionadas/os a abrirem campos de estágio para o ensino à distância. Uma hipótese levantada, que necessita maiores investigações da realidade local, é que tal pressão não é aleatória, mas pode expressar os vínculos políticos entre as

¹⁷ Cabe destacar que na Política de Estágio do Curso de Serviço Social da UFF/Rio das Ostras, não é contemplado a modalidade de estágio não-obrigatório, pois entendemos que não há condições concretas para acompanhamento e avaliação contínua desse processo. Exemplo disso é a escassez de espaço físico na universidade, o quadro docente não está completo, conforme Projeto Político Pedagógico do Curso, entre outros.

Unidades de EAD e a política partidária presente na região. Pautando-se em depoimentos e experiências de profissionais, é comum estudantes de ensino à distância buscarem estágio sem a intermediação da coordenação de estágio. Também temos experiências de esforços das gestões municipais em possibilitar e ampliar a abertura de estágio para faculdades EAD, por meio da publicação de editais, cuja característica reduz o processo seletivo a exigências burocráticas e/ou incluem provas apenas de conteúdo pertinente ao ensino médio, o que sugere uma visão limitada da profissão. Sobre isto, encontramos experiências nas cidades de Rio das Ostras e Macaé.

Em 2013, em Macaé, a Comissão de Estágio teve papel fundamental ao questionar uma Lei Municipal que condicionava a seleção de estagiárias/os somente a estágio remunerado, atrelando a seleção dos mesmos a um edital anual que excluía a participação direta das/os profissionais desse processo, contrariando assim, a autonomia profissional. Ante esta atitude da gestão municipal, as/os profissionais, servidoras/es públicas/os, mobilizaram-se junto com docentes da UFF do *campus* de Rio das Ostras, e com o CRESS seccional Campos para se posicionar e exigir o reconhecimento da sua autonomia. A Comissão de Estágio compôs um grupo de trabalho, realizando encontros com supervisoras/es de campo das diversas políticas públicas, até culminar em uma reunião maior com o CRESS e posterior intervenção do órgão junto a Prefeitura, resultando na alteração da Lei de Estágio no município de Macaé e acrescentando na Lei Municipal um artigo referente a estágio “não remunerado”, possibilitando, desta forma, a abertura de campos com a seleção exclusiva das/os profissionais assistentes sociais.

Em 2019, em Rio das Ostras, movimento semelhante ocorreu e ainda se desdobra no ano 2020. A Prefeitura publicou edital para seleção, sem contemplar a necessidade de participação do profissional de Serviço Social na seleção de estagiárias/os, levando as/os profissionais a reivindicarem o direito à autonomia. Realizou-se reunião com representantes dos cursos de Serviço Social e Psicologia da UFF, *campus* de Rio das Ostras, e representante de supervisora/es de campo, junto a Procuradoria do Município e ao Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação responsável pelos estágios no município. Sem êxito favorável à garantia

da autonomia neste encontro, o CRESS foi provocado e entrevistado, culminando na formação de uma Comissão de Assistentes Sociais servidoras públicas municipais, para elaboração do edital do processo seletivo, o qual contempla prova escrita e entrevista realizada pelo/a supervisor/a de campo. O diálogo entre a Comissão eleita pelo CRESS e a prefeitura de Rio das Ostras prossegue, com vistas a definirmos o formato e com respeito à autonomia. Este é um momento emblemático da correlação de forças entre a Universidade – juntamente com os demais sujeitos envolvidos no estágio – e as questões ético-políticas da realidade local.

Este tipo de pressão é muito preocupante, pois denuncia as tensões da condição de assalariamento da/o assistente social e sua relativa autonomia. Ao nosso ver, tem que ser garantida a autonomia da/o assistente social em aceitar ou não estagiária/o, pois trata-se não só de uma atribuição privativa, mas de uma responsabilidade com a formação e com o trabalho cotidiano. A seleção feita por profissional, pode permitir a construção de um perfil de discente que possa responder aos requisitos do campo de estágio, bem como garantir um amadurecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do futuro profissional. É preciso também, respeitar o compromisso que muitas/os profissionais têm em, estando em um serviço público, seja na área da saúde, da educação, da assistência, no sócio jurídico, fortalecer a formação profissional também pública, laica e gratuita.

Analisamos que

(...) como em qualquer outro *lócus* de trabalho profissional, a autonomia é tensionada pelas lutas presentes na sociedade. Mas não só a autonomia de um profissional, o assistente social não atua individualmente, há uma categoria profissional. E este cenário atravessa todos os espaços sócio-ocupacionais da região. Pensar alternativas coletivamente, junto a outros profissionais, assistentes sociais ou não, bem como a organismos de representação da categoria, contribui para reforçar as alternativas de enfrentamento ao solapamento de direitos. É uma forma também de fortalecer a ação coletiva dos profissionais, reafirmando o direcionamento da ação e a necessidade de exigir autonomia técnica (SIRELLI, 2012, p.10).

Nesse sentido, destacamos estas duas ações importantes, protagonizadas por docentes e assistentes sociais supervisoras/es de estágio, em momentos e

municípios diferentes, mas que vêm reafirmar um mesmo posicionamento: a necessidade de autonomia das/os profissionais para selecionar estagiárias/os.

Outra experiência importante e que reafirma o compromisso da/os professores da UFF, *campus* Rio das Ostras, no enfrentamento à precarização do trabalho e da formação foi o ocorrido em 2018, quando supervisoras/es acadêmicas/os como protagonistas construíram, junto com profissionais da rede de saúde do município, movimentos sociais e sindicatos da região, um ato, bem como um amplo debate ético, teórico e político, dentro e fora da Universidade, acerca das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Todos os campos de Estágio foram mobilizados e um Fórum de Estágio sobre o tema foi construído, como atividade da Semana Acadêmica do Serviço Social, objetivando denunciar e construir canais de enfrentamento à privatização da saúde em Rio das Ostras, via implantação das OSS. Os desdobramentos dessa mobilização possibilitaram expandir o diálogo com a comunidade acadêmica e as/os assistentes sociais sobre a importância do fortalecimento dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, assim como as condições de trabalho das/os profissionais.

Certamente, as estratégias de enfrentamento à precarização do trabalho e da formação não se findam nas experiências aqui relatadas. Contudo, acreditamos que as ações coletivas permitem ampliar e potencializar as resistências frente à precarização, assim como a aproximação do curso com as entidades da categoria, fortalece a profissão de Serviço Social, seu trabalho e sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da concepção de estágio como espaço privilegiado para o conhecimento da realidade e da materialização da unidade teoria e prática, buscamos apresentar algumas das estratégias desenvolvidas pelos sujeitos que compõem o estágio em Serviço Social na UFF, *campus* Rio das Ostras – estratégias essas que se dão na perspectiva de enfrentamento à precarização do trabalho e da formação profissional, em consonância com o Projeto Ético Político da profissão.

Para tal enfrentamento, devemos necessariamente contextualizar a formação e o exercício profissional das/os assistentes sociais, concretizados em uma conjuntura extremamente adversa (de aprofundamento do ideário neoliberal, e sua consequente precarização/desregulamentação/mercantilização dos direitos) e que nos impõe inúmeros desafios.

Partindo de tais premissas, conseguimos apreender o estágio como um momento de formação para todos os sujeitos envolvidos (dada a interlocução com a prática profissional e a realidade social), formação essa que se posiciona no contra fluxo da forma de sociabilidade estabelecida.

Dessa maneira, impõe-se ao corpo profissional a incessante busca pela elaboração de estratégias para o fortalecimento deste momento, enquanto espaço da síntese dialética entre o pessimismo da razão e o otimismo da vontade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2010.

ABRAMIDES, M. B. C., **O Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ASSUNÇÃO, V. N. F., *et al.* **Pesquisa perfil do estudante do curso de Serviço Social da UFF – Rio das Ostras**. Rio das Ostras, 2019.

BRASIL. **Lei nº 1984 de 10 de abril de 1992**. Cria o município de Rio das Ostras, a ser desmembrado do município de Casimiro de Abreu.

CARVALHO, C. C., *et al.* **As tramas da formação profissional - a articulação estágio supervisionado e trabalho profissional através de uma experiência curricular e perspectivas para pesquisa participante no campo do Serviço Social**. In: XVI ENPESS, 2018, Vitória. Anais do XVI ENPESS 2018.

CFESS. **Resolução 533/2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. 2008

EXAME. **25 cidades que tiveram um boom populacional no Brasil**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/25-cidades-que-sofreram-um-boom-populacional-no-brasil/>. Acesso em 1 de maio de 2020.

LIMA, A. S. P. V. C.; TEIXEIRA, B. F.; ROSA, L. B. P.; SIRELLI, P. M.; TEIXEIRA, R.; OLIVEIRA, S. C. Estágio supervisionado em Serviço Social na UFF-Rio das Ostras: algumas ações e estratégias no enfrentamento à precarização do trabalho e da formação

G1. Prefeitura de Rio das Ostras, RJ, divulga resultado de concurso. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/serra-lagos-norte/noticia/2012/12/prefeitura-de-rio-das-ostras-rj-divulga-resultado-de-concurso.html> Acesso em 1 de maio de 2020a.

G1. Aprovados em concurso de 2012 protestam pedindo convocação em Rio das Ostras, no RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/03/02/aprovados-em-concurso-de-2012-protestam-pedindo-convocacao-em-rio-das-ostras-no-rj.ghtml> Acesso em 1 de maio de 2020b.

G1. Justiça determina suspensão de processo seletivo para 1.300 vagas na Prefeitura de Macaé, RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/justica-determina-suspensao-de-processo-seletivo-para-1300-vagas-na-prefeitura-de-macaee-rj.ghtml> Acesso em 1 de maio de 2020c.

GUERRA, Y. O Estágio Supervisionado como Espaço da Unidade Dialética entre Teoria e Prática: o perfil profissional em disputa. SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M.B.; ABREU, M. H. E. **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizado, processos e desafios.** Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PMM. Prefeitura Municipal de Macaé. <http://www.macaee.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/crescimento-economico> Acesso em 1 de maio de 2020.

PMRO. Prefeitura Municipal de Rio das Ostras. <https://www.riodasostras.rj.gov.br/dados-municipais/>. Acesso em 1 de maio de 2020.

SIRELLI, P. M. **O trabalho dos assistentes sociais em Rio das Ostras e Macaé: notas reflexivas.** In: XIII ENPESS, 2012, Juiz de Fora. Anais do XIII ENPESS, 2012.

TEIXEIRA, R., TEIXEIRA, L. A Supervisão Acadêmica de Estágio em Questão. In: **Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP v.14, n. 2 (20), jul./dez. 2015.

TEIXEIRA, L. S. C. KAPP, P;. **A Dimensão política da centralidade do estágio na formação do assistente social.** .In: XIII ENPESS, 2012, Juiz de Fora. Anais do XIII ENPESS, 2012.

UFF. Política de Estágio do curso de Serviço Social da UFF - campus Rio das Ostras. Disponível em: <http://www.noticias.uff.br/bs/2016/10/174-2016.pdf>. Acesso em 23 de maio de 2020.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS: ABEPSS, 2009.